

## **Redes de Cooperação Solidárias na contribuição do desenvolvimento local: A Economia Solidária em questão**

Sandra Rufino (EPUSP/FIRB/ITCP-USP) [ssrufino@usp.br](mailto:ssrufino@usp.br)

### **Resumo**

*As redes de cooperação tem tido cada vez mais relevância no rearranjo organizacional entre empresas na busca de maior oportunidade e competitividade. Mais do que nunca o lema “a união faz a força” tem sido explorado e ofertado bons frutos. Alianças, parcerias, joint ventures, são algumas configurações de redes utilizadas por empresas capitalistas. Mas além das redes inter-empresariais, vem ganhando espaço as redes de colaboração (cooperação) solidária, no âmbito da Economia Solidária. Esta última se coloca como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica, abrindo um leque de possibilidades, apresentando uma nova lógica para a organização da produção, geração de trabalho e renda e desenvolvimento local.*

*Palavras chave: Redes de cooperação, Economia Solidária, Desenvolvimento Local.*

### **1. Introdução**

Dentro do contexto mundial as redes de cooperação entre empresas têm sido um fator de oportunidade e competitividade. Vários autores (SCHMITZ, 1992; PYKE, 1992; PORTER, 1998; AMATO NETO, 2000), vem mostrando as vantagens adquiridas desta união e elementos que possam tornar esse relacionamento mais proveitoso e sinérgico. Os requisitos para a formação dessas redes em empresas são: culturas da confiança, competência e tecnologia de informação.

O resultado desta cooperação gera uma eficiência coletiva condicionadas por vantagens competitivas dinâmicas, que pode ser observado nos casos como a da chamada *Terceira Itália*, os sistemas produtivos locais na França, Alemanha e Reino Unido, o *Silicon Valley* nos EUA, a região de Baden-Württemberg (para redes de pequenas empresas na Alemanha), etc (AMATO NETO, 2000).

Além das redes de cooperação inter-firmas, pode-se identificar outro tipo de rede de cooperação: a solidária (no contexto da Economia Solidária). A Economia Solidária se coloca como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou a exclusão de milhões de pessoas, abrindo um leque de possibilidades, apresentando uma nova lógica para a organização da produção: a solidariedade.

Assim como é a proposta para as PME's as redes de cooperação na economia solidária tem por objetivo o fortalecimento dos grupos. Onde o público alvo deixa de ser a empresa jurídica e passa a ser diretamente o indivíduo. Tais como: cooperativas populares, empresas autogestionárias, empreendimento popular e clube de trocas e de poupança etc.

A E.S. tem origem histórica no início do século XIX a partir de críticas ao sistema industrial implementado na Inglaterra. Suas primeiras experiências são a organização coletiva de vilas ou aldeias cooperativas voltadas para a produção para sua própria subsistência. Em 1844 em Rochdale a partir de 28 operários surge a primeira cooperativa voltada para o consumo e que possibilitou através de seus princípios o surgimento de todo o movimento cooperativista.

Hoje esse movimento ressurgiu na forma ampliada da Economia Solidária, devido ao cenário

de desemprego e crise econômica. Para seu desenvolvimento e fortalecimento a E.S. tem o apoio de entidades fomentadoras que buscam organizar e orientar as mais diversas experiências e ao mesmo tempo não intervir em suas estruturas. As entidades mais empenhadas no Brasil hoje são as vinculadas à universidade (ITCP's), organizações de trabalhadores (ANTEAG, UNISOL, ADS-CUT), organismos governamentais (SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária) e ONG's em geral voltadas a geração de trabalho e renda.

## 2. Redes de cooperação inter-firmas

As redes de empresas são formadas inicialmente, com o objetivo de reduzir incertezas e riscos, organizando atividades econômicas através da coordenação e cooperação entre empresas. Na formação de redes entre empresas, existe a possibilidade destas configurarem-se como redes flexíveis de pequenas e médias empresas, como *clusters* de empresas (agrupamentos), ou como redes de cooperação, geralmente como organizações virtuais, ou ainda como as chamadas “*supply chain management*” ou gerenciamento da cadeia de suprimentos (LEON, 1998).

As redes podem ser formadas por diversos motivos, Oliver (1990) por exemplo, aponta para seis fatores para explicar o estabelecimento de relações inter-empresariais:

1. a imposição legal ou de uma instância superior, como no caso de certos financiamentos, onde o acesso é permitido somente a consórcios entre empresas e instituições de pesquisa;
2. a busca por controle (assimetria), quando uma organização procura exercer controle sobre outra ou sobre os seus recursos de outra organização;
3. a reciprocidade, quando relações são estabelecidas por organizações que compartilham objetivos comuns, iniciando relações de cooperação e coordenação;
4. a necessidade de maior eficiência interna, quando uma organização, preocupada em melhorar sua própria eficiência busca estabelecer relações com outras empresas para reduzir seus custos de transação;
5. a busca por estabilidade, em face às incertezas do ambiente competitivo. Nessas condições, organizações podem buscar o estabelecimento de relações para diminuir a sua vulnerabilidade;
6. a procura de legitimidade, onde uma organização busca melhorar sua reputação, visibilidade, imagem e prestígio através de interconexões com organizações aceitas e respeitadas seu meio.

O nascimento, a sobrevivência, em fim das redes depende da discussão e equacionamento destes três aspectos (LEON, 1998):

a) **Cultura da Confiança:** diz respeito aos aspectos ligados à cooperação entre as empresas, envolvendo aspectos culturais e de interesse de pessoas e de empresas. A ética assume um papel fundamental e o conhecimento sobre as pessoas ou empresas que têm interesses comuns torna-se o primeiro passo para a geração desta cultura;

b) **Cultura da Competência:** diz respeito às questões ligadas às competências essenciais de cada parceiro. Engloba desde aspectos materiais como as instalações e equipamentos, até aqueles imateriais como os processos, o saber como fazer o processo;

c) **Cultura da tecnologia da Informação:** a agilização do fluxo de informação é de vital importância para a implementação e o desenvolvimento de redes flexíveis.

### 3. O significado da Economia Solidária

A solidariedade e cooperação são bases para a compreensão do significado de uma economia social, centrada e organizada para realizar metas comuns a todos e buscando prover trabalho, recursos e rendas de forma comunitária e igualitária. O termo solidariedade define reciprocidade, lealdade e altruísmo. *“O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”* (SINGER, 2002). Já a criação e a estruturação de um empreendimento solidário segue outra lógica, pois a cooperativa não surge apenas para garantir renda a seus sócios, mas como uma alternativa de organização de trabalho. A sua base repousa na propriedade social, não sendo privada ou estatal na sua origem.

O movimento da Economia Solidária tem crescido a cada dia, face a nossa atual configuração econômica e política mundial, particularmente do Brasil, em busca de opções de obtenção de trabalho e renda. Como uma tendência mundial, tornou-se uma das principais formas de reorganização da população. Ela, a E.S. que *“é um fenômeno que tem vários nomes. (...) Alguns falam em economia social, outros em economia solidária, cooperativismo”* (SINGER, 1998)., configura-se *“como um modo de produção e distribuição alternativo (...), criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios”* (SINGER, 2000). *“A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”* (SINGER, 2002). A E.S. não é nova, nem foi desenvolvida em bases teóricas de forma individual, ela é um processo, contínuo, de busca para a superação das deficiências e problemáticas do sistema atual produtivo, em que a experiência cotidiana e sua transformação em reflexão teórica buscam respostas para cada momento e lugar (SINGER, 2000).

Sintetizando, trata-se de uma organização econômica, onde predomina a solidariedade entre os trabalhadores na busca de formas democráticas de viabilizar a sobrevivência.

Estão inseridas na E.S. organizações com base na autogestão, sejam elas empresas autogestionárias, cooperativas ou associações as quais são regidas pelos princípios do cooperativismo: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. O espírito empresarial para essas empresas, está voltado para a adoção de elementos necessários a sustentação do empreendimento (qualificação técnica, produtividade, conquista de mercado e ampliação do capital), buscando a racionalidade e otimização das potencialidades de cada trabalhador para o benefício de todos os trabalhadores.

Podemos ver hoje em dia novas formas de organização econômicas inseridas na E.S., como: Fair Trade ou Comércio Solidário, Organizações de Marca, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito, Sistemas de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Comunitárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Alternativas, difusão de Softwares Livres e solidários, entre muitas outras práticas. A maioria dessas organizações, que cobrem os diversos segmentos das cadeias produtivas (consumo, comércio, serviço, produção e crédito) começam a despertar para ações conjuntas (MANCE, 2000).

O funcionamento da E.S. pode ser observado em vários países com experiências tanto na América (Canadá, Argentina, Chile, Uruguai etc), como na Europa (França, Alemanha, Espanha, Itália etc). Existe ainda uma discussão acerca da terminologia da palavra, podendo

este modelo ser identificado como: economia popular, economia social, socioeconomia, economia de solidariedade, non-profit sector etc.

#### 4. As redes de cooperação solidárias

As redes formadas no elo da Economia Solidária são originárias de uma base igualitária e democrática. Os principais fundamentos de funcionamento destas redes prevêm (RITS, 2003):

- **Autonomia:** independência de seus integrantes em relação aos demais, não havendo relação de subordinação;
- **Valores e objetivos compartilhados:** a união dos integrantes se deve ao conjunto de valores e objetivos comuns;
- **Vontade:** as pessoas não são obrigadas a permanecer ou a entrar em uma rede;
- **Conectividade:** uma rede é uma amalgama dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede;
- **Participação:** a funcionalidade de uma rede só existe no momento de movimento, isto é, a cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar;
- **Multiliderança:** uma rede não possui hierarquia. Todas as decisões são compartilhadas;
- **Informação:** circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores;
- **Descentralização:** uma rede não tem centro. Há um equilíbrio entre todos os nós, tornando-os potencialmente centros;
- **Múltiplos níveis:** uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

Quando uma rede solidária é organizada, ela passa a atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, e começa a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Portanto elas permitem aglutinar diversos atores sociais; atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo; passam a implementar uma nova forma de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. O ato de produção e consumo da rede na E.S., não é apenas econômico, mas é também ético e político (MANCE, 2000).

#### 5. As entidades de ajuda e cooperação à Economia Solidária

A expansão das experiências de empreendimentos solidários - no Brasil - na última década, levou a criação de várias entidades: ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária), formada em 1994; ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), de âmbito universitário, sendo a primeira Incubadora formada em 1995, na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1999 na USP (Universidade de São Paulo), tendo expandido-se também para universidades de caráter privado como FURB-SC (Fundação Universitária Regional de Blumenau - Santa Catarina), Universidade Católica de Pelotas (Rio Grande do Sul), FGV-SP (Escola de Administração Fundação Getúlio Vargas), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica); Unisol Cooperativas

(União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) formada em 1999; ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), organismo criado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), onde a primeira agência surgiu em 1999, etc.

Em 2000 no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária realizado em Mendes – RJ, com organizações de economia solidária das diversas regiões do país, criou a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES). As entidades fomentadoras que compõem esta rede buscam (MANCE, 2002):

- intervir em todo o processo econômico;
- construir cadeias produtivas integradas vertical e horizontalmente, com redes de produtores e consumidores, que atuam de forma cooperativa e solidária;
- integrar produção, comercialização, consumo, crédito como um sistema harmônico e interdependente, coletivamente/democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades de sobrevivência e reprodução sustentável da vida de todas as cidadãs e cidadãos em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer;
- organizar e fortalecer redes locais, regionais, nacional e global que articulem organizações de E.S., articulando e integrando as diversas práticas desta;
- criar selo de qualidade, logomarcas e outros instrumentos que fortalecem a identidade da rede e a confiança do consumidor;
- criar instrumentos de comunicação, financiamento, capacitação tecnológica e integração dos saberes internos às redes;
- maximizar o uso e a extensão da informática para fortalecer a comunicação, com a difusão de programas livres e solidários e a criação ou reforço de portais na Internet;
- multiplicar formas de comunicação;
- atuar na educação de produtores e consumidores;
- resgatar os saberes presentes nas diversas ações de economia popular;
- criar e apropriar-se de novas tecnologias sustentáveis;
- viabilizar a autogestão.

As redes de economia solidária integram empreendimentos e organizações locais, que podem conformar fóruns e redes estaduais e estabelecer comissões em diversos âmbitos, inclusive de caráter regional e nacional.

A sua atuação frente ao Estado varia conforme o caráter dos poderes constituídos, podendo ser de parcerias, acordos pontuais e ações de pressão ou resistência, preocupando-se com a legislação cooperativa, o crédito (visando linhas de crédito oficiais a juros condizentes com empreendimentos sociais), oportunidade - acesso, em tempo hábil, a editais de licitação para fornecimento de bens e serviços ao Estado - políticas públicas de fomento aos empreendimentos sociais.

A estratégia da RBSES compõe objetivos e ações nas áreas de produção, comercialização, consumo, comunicação e crédito.

Junto às práticas já aceitas e utilizadas em diversas regiões do Brasil, continua surgindo novas experiências e variantes que vem sendo mapeadas nacionalmente em seus produtos e serviços. O objetivo comum dos mapeamentos é a integração e sintonização das redes locais, nacionais e internacionais.

## 6. As experiências de redes brasileiras em Economia Solidária

As experiências são muitas e espalhadas por todo o Brasil. Pouco se tem registro na maioria destas experiências, de suas atuações e benefícios à comunidade local. As possibilidades dentro da Economia Solidária são ricas e cada qual com sua peculiaridade, que são experiências desde cooperativas de crédito à redes de complexos cooperativos, este último buscando reestruturar e estabelecer um equilíbrio na cadeia produtiva.

Para poder ilustrar o poder de ação destas redes, escolhemos para relatar algumas experiências (das muitas existentes) de abrangência regional e local, de norte a sul, que tiveram resultados positivos (MANCE, 2002).

No RS, a Cooperativa Compras Coletivas, dentro da rede formada por uma central de cooperativas e associações de economia popular e solidária, integra cerca de 400 famílias, que oferece vários produtos com valores reduzidos em até 50%, sendo que metade dos produtos provém de cooperativas e empreendimentos solidários.

A Economia de Comunhão, surgida em 1991 no Brasil, a partir de um movimento religioso italiano, mantém o modelo de produção capitalista, mas que inova contudo na distribuição dos lucros, que em tripla destinação: 1 – consolidação da empresa com justo salário e respeito às leis vigentes; 2 – ajuda aos necessitados e criação de postos de trabalho; 3 – sustento à estruturas aptas para formar homens capazes de viver a cultura da solidariedade/partilha. Existem empresas em Cotia (SP), Salto (SP), Recife, Manaus, Curitiba (PINHEIRO, 2000).

O Banco Palmas, organizado por uma associação de moradores em Fortaleza, financia a produção e o consumo solidários através de cartões de crédito solidário (*Palma Card* e *Credisol*) que atendem segmentos de baixa renda, o que permite a população da região, sem acesso a crédito oficial, a comprar produtos em estabelecimento credenciados do comércio local, onde são comercializados também os produtos feitos por empreendimentos solidários da região.

## 7. Clube de trocas: uma experiência em ascensão

Dentro da E.S., uma rede que merece destaque e que tem tido grande expansão e aceitação geral tem sido os Clubes ou Redes de Trocas. Embora ainda pouco divulgada no Brasil, a experiência da Rede de Trocas vem apresentando resultados interessantes em países como a França, Inglaterra, Escócia, Noruega, Finlândia, Bélgica, Holanda, Espanha, Canadá, Estados Unidos, México, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Austrália e outros. Na Argentina, por exemplo, o primeiro "clube" de trocas foi formado em 1995 em Bernal, com a participação de 20 pessoas. Atualmente, existem mais de 200 desses organismos, atuando em 17 províncias, e estima-se que as transações atinjam a vida de 230 mil pessoas em todo o País (CASTRO et al, 2000).

De início, os valores das "trocas" não são fixados. Estas podem ser mercadorias (alimentos, móveis, vestiário etc.), serviços (gerais como limpeza, pintura, jardinagem, manutenção, como serviços especializados de engenharia, arquitetura, odontologia, médico etc.). O valor de cada troca é estabelecido por acordo entre os intervenientes na operação. Mas, não é totalmente livre, já que cada clube estabelece regras gerais de distribuição e circulação de sua moeda – social – entre os membros participantes. Sempre que um sócio solicita um serviço, não fica apenas em dívida com quem o presta, mas sim em relação a todo o grupo. O clube de trocas tem uma característica familiar; porque é formado geralmente por pessoas que tenham afinidade e que procuram alternativas econômicas para uma melhor qualidade de vida (CASTRO et al, 2000, SINGER 2002).

No Brasil, o primeiro clube de trocas foi formado em São Paulo, em 1998, na região de Santo

Amaro. É um espaço que além das trocas, promove a auto-ajuda com novas normas de regulação éticas e ambientais (CASTRO et al, 2000). A partir desta experiência, houve a expansão dos clubes de trocas pelo país, atingindo níveis de participação que possibilitaram em alguns deles a implementação além da moeda social, “cartões de crédito” sociais.

## 8. Considerações finais

Os benefícios gerados pelas redes de cooperação na contribuição do desenvolvimento local com a geração de trabalho e renda, e a realimentação da economia local tem sido percebida em todas as configurações de redes, sejam elas de consumo, produção ou financeira. As redes solidárias propiciam uma ação mais duradoura e estável em relação às empresas capitalistas que ao buscarem vantagens competitivas descobrem as vantagens cooperativas, porém estas fazem parcerias e alianças com atores reduzidos e em geral por tempo determinado. As redes solidárias por terem uma relação de confiança maior alcançam patamares de qualidade e preço mais favoráveis que os das empresas de mercado e o que propicia isto é o seu diferencial solidário.

## Referências

AMATO NETO, J. *Redes de Cooperação Produtiva e Clusters regionais: Oportunidades para as Pequenas e Médias Empresas*, Ed. Atlas, São Paulo, 2000.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 2000.

CASTRO, Carlos H et al. O Clube de trocas em São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

COLE, G. D. H. *A Century of Co-operation*. Manchester: Co-operative Union Ltd, 1944.

RITS – Rede de Informação para o Terceiro Setor . *Organizações em rede* [on line]. Disponível na Internet via www. URL: <http://www.rits.org.br> . Arquivo capturado em 5 de maio de 2003.

MANCINI, Euclides. *A Revolução das Redes: A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEON, Maria Elena. *Uma Análise de Redes de Cooperação das Pequenas e Médias Empresas do Setor das Telecomunicações*. Dissertação Mestrado, Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Dez., 1998.

OLIVER, Christine *Determinants of interorganizational relationships: Integration and future directions* The Academy of Management Review, v. 15, n. 2, 1990.

PINHEIRO, Márcia B. Economia de comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

PORTER, M. *Vantagem Competitiva. Criando e sustentando um desempenho superior*. 13 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 13 ed. 1998.

PYKE, F. *Industrial Development through small firm cooperation: theory and practice*, Geneve, International Labour Office, 1992.

RIQUE, Monica. *Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo*. In: Guimarães, Gonçalo (org.) Integrar Cooperativas. SI: CNM, 1999.

SCHIMTZ, H, *On the Clustering of Small Firms*, IDS Bulletin, vol.23 ,No. 3,England,1992.

SINGER, Paul. *Crise do Trabalho e a Economia Solidária*. Registros de palestras proferida em 22 de setembro de 1998. Recife.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.